

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
CURSO DE PEDAGOGIA

Daniele Ferraz Moura

**FORMAÇÃO MORAL, DESENVOLVIMENTO E RESGATE DE VALORES DESDE A
INFÂNCIA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO
MORAL E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Sorocaba/SP

2025

Daniele Ferraz Moura

**FORMAÇÃO MORAL, DESENVOLVIMENTO E RESGATE DE VALORES DESDE A
INFÂNCIA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO
MORAL E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para obtenção do diploma de
Graduação em Pedagogia da
Universidade de Sorocaba.

Professora Ma Albertina Paes
Sarmiento

Sorocaba/SP

2025

Daniele Ferraz Moura

**FORMAÇÃO MORAL, DESENVOLVIMENTO E RESGATE DE VALORES DESDE A
INFÂNCIA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO
MORAL E NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial
para obtenção do Diploma de
Graduação em Pedagogia, da
Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: 29/05/25

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Albertina Paes Sarmento

Universidade de Sorocaba

Profa. Ma. Elaine Beatriz Picini Magagna

Universidade de Sorocaba

RESUMO

Formação moral, desenvolvimento e resgate de valores desde a infância: O papel da educação e das instituições na construção moral e na prevenção da violência, investiga a formação de valores morais desde a infância e o papel da educação e das instituições na prevenção de comportamentos violentos e na promoção de uma sociedade ética e coesa. O trabalho nasceu pela percepção de um enfraquecimento dos valores morais ao longo das últimas gerações, o estudo busca compreender as causas dessa crise moral e identificar práticas e estratégias que possam fortalecer o desenvolvimento ético das crianças. Com base nas teorias de Piaget, Vygotsky, e outros, a pesquisa explora como interações sociais e práticas educativas influenciam a internalização de valores e normas. A metodologia inclui uma análise bibliográfica, compreendendo revisão bibliográfica e fundamentação teórica, além de análise documental, com o objetivo de mapear práticas educacionais eficazes que promovam ética, cidadania e responsabilidade social. Este trabalho almeja contribuir para a construção de uma sociedade mais pacífica e harmoniosa, resgatando valores essenciais para uma convivência social saudável.

Palavras-chave: formação moral; educação; desenvolvimento ético; prevenção da violência; cidadania; coesão social; desenvolvimento infantil; valores na sociedade.

ABSTRACT

Moral formation, development and recovery of values since childhood: The role of education and institutions in the moral construction and prevention of violence, investigates the formation of moral values since childhood and the role of education and institutions in the prevention of violent behavior and in the promotion of an ethical and cohesive society. The work was born from the perception of a weakening of moral values over the last generations. The study seeks to understand the causes of this moral crisis and identify practices and strategies that can strengthen the ethical development of children. Based on the theories of Piaget, Vygotsky, and others, the research explores how social interactions and educational practices influence the internalization of values and norms. The methodology includes a bibliographic analysis, including a bibliographic review and theoretical foundation, as well as documentary analysis and a case study, with the objective of mapping effective educational practices that promote ethics, citizenship and social responsibility. This work aims to contribute to the construction of a more peaceful and harmonious society, rescuing essential values for a healthy social coexistence.

Keywords: moral formation; education; ethical development; violence prevention; citizenship; social cohesion; child development; values in society.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES HUMANAS NA FORMAÇÃO DE VALORES E COMPORTAMENTOS	8
2.1	Moralidade e ética	10
2.2	Diferenças entre moralidade e ética.....	12
2.3	Desenvolvimento moral na infância e o papel dos pais, cuidadores e educadores.....	13
3	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	17
3.1	Educação moral, cívica e ética no contexto escolar	18
3.2	Como a mídia e a cultura afetam a construção dos valores morais	21
3.3	A moralidade coletiva	24
3.4	Diferenças na abordagem da moralidade em sociedades mais e menos violentas 27	
3.5	Propostas para fortalecer a construção moral na infância	28
3.6	Estratégias comunitárias para reforçar a moralidade e reduzir a violência	29
3.7	Programas de escolas cívico-militares.....	30
3.8	Programas de escolas com base religiosa	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A formação de valores morais na infância é um tema de extrema relevância no cenário contemporâneo, especialmente diante das mudanças observadas nas últimas gerações. A percepção de um enfraquecimento progressivo dos valores éticos e morais tem gerado preocupação entre educadores, pesquisadores e a sociedade em geral. Como alguém que acompanhou essas transformações ao longo de mais de quarenta anos, percebo com clareza como a deterioração desses valores impacta a convivência social e reflete em comportamentos cada vez mais desrespeitosos e violentos. Conversas com futuros pedagogos e profissionais da educação revelam uma constatação unânime: a falta de respeito e educação não é mais um fenômeno restrito aos adolescentes, mas já se manifesta entre crianças em idades precoces.

Essas observações levantam questões importantes sobre as causas dessa crise moral e as possíveis soluções para revertê-la. O que mudou em nossa sociedade que contribuiu para essa realidade? Será que optamos por caminhos que, ao longo do tempo, mostraram-se prejudiciais? Quais valores ou práticas abandonadas precisam ser resgatados e reavaliados? Este trabalho tem o propósito de explorar essas questões, entender como a educação e as instituições podem desempenhar um papel central na formação de valores morais desde a infância, visando à prevenção da violência e ao desenvolvimento de cidadãos éticos.

Com base nas teorias de Piaget, Vygotsky, Kohlberg e outros estudiosos, este estudo analisa como as interações sociais e as práticas educativas influenciam a internalização de valores e normas. Esses teóricos destacam a importância das relações interpessoais e do ambiente educacional no desenvolvimento moral das crianças, fornecendo uma base sólida para investigar como os valores são transmitidos e consolidados desde os primeiros anos de vida.

O objetivo deste trabalho é investigar, com base em práticas e estratégias institucionais como fortalecer o desenvolvimento moral das crianças desde a infância, ajudando a prevenir comportamentos violentos e fortalecer o respeito pelas normas sociais. Para tanto, a metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica, análise documental e observações, permitindo uma abordagem abrangente das práticas que promovem ética, cidadania e responsabilidade social.

Ao propor reflexões e intervenções que possam fortalecer a formação moral, este projeto convida o leitor a considerar o papel fundamental da educação na construção de uma sociedade mais ética e pacífica. Acredita-se que investir na formação moral desde a infância é essencial para resgatar valores fundamentais para uma convivência social saudável e harmoniosa. Além disso, espera-se que este estudo contribua para a compreensão das causas e consequências da

crise moral atual, sugerindo caminhos para que, coletivamente, possamos promover uma sociedade mais justa, solidária e menos violenta.

2 A INFLUÊNCIA DAS RELAÇÕES HUMANAS NA FORMAÇÃO DE VALORES E COMPORTAMENTOS

As relações humanas exercem uma influência crítica na construção dos valores de cada indivíduo, tanto como cidadãos quanto como seres humanos. Nos últimos tempos, sentimentos como raiva, ansiedade e falta de respeito ao próximo têm se tornado cada vez mais comuns. Embora esses sentimentos façam parte da estrutura emocional dos indivíduos, é fundamental que sejam trabalhados de maneira adequada para que possam ser expressados de forma controlada, evitando danos às relações interpessoais.

Esses comportamentos já são observados desde a infância nas escolas. Crianças pequenas demonstram dificuldades em lidar com frustrações, como ouvir um "não" ou respeitar o próximo, sejam colegas ou professores. Este fenômeno levanta questões sobre a preparação dos profissionais da educação para enfrentar esses desafios, reforçando o papel crucial da família e da escola na tarefa de ensinar às crianças e adolescentes a importância das regras na sociedade.

Segundo Piaget (1994), a moralidade é construída progressivamente por meio das interações sociais da criança, desenvolvendo-se ao longo de estágios que refletem seu crescimento cognitivo e social.

As crianças aprendem a internalizar as regras e normas sociais à medida que interagem com seus pares e adultos. Ser cidadão implica tanto direitos quanto deveres; esses conceitos precisam ser compreendidos e praticados para promover uma convivência saudável em sociedade. Práticas simples, como o uso de expressões de cortesia ("por favor" e "obrigado"), o respeito ao espaço alheio, o cuidado com os próprios pertences e a maneira respeitosa de ouvir e falar, são fundamentais para a manutenção de um ambiente social harmonioso.

Podem-se distinguir, dentro de um processo geral de desenvolvimento, duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto a sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica, e de outro as funções psicológicas superiores de origem sócio-cultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas. (Vygotsky, 2000, p. 61).

Fica evidente que o comportamento da criança é diretamente influenciado pelo ambiente em que se desenvolve. A criação de espaços seguros, acolhedores e que valorizem a diversidade contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e do respeito ao outro. Vygotsky, em sua teoria sociocultural, destaca que o ambiente social é fundamental para o desenvolvimento

das habilidades e valores das crianças. Nesse sentido, cultivar valores como respeito, empatia e responsabilidade exige que educadores e cuidadores não apenas transmitam esses princípios, mas também os vivenciem no cotidiano. Ao promover ambientes nos quais o exemplo e a convivência coletiva estejam presentes, favorece-se o aprendizado ético e social, formando indivíduos mais conscientes e preparados para a vida em sociedade.

No entanto, o Brasil enfrenta dificuldades em seguir essas regras de forma consistente. Embora as leis existam, sua aplicação muitas vezes não é rigorosa, gerando uma sensação generalizada de impunidade. A percepção de que não há necessidade de seguir as regras em ausência de punição contribui para a deterioração social. Michel Foucault (1984) analisou como as instituições moldam o comportamento dos indivíduos, observando que o poder não é uma coisa, mas, uma relação complexa de controle e regulação. A falta de aplicação consistente das leis reflete uma falha nessas relações de controle e regulação, resultando em uma sociedade onde a impunidade prevalece.

A violência é um tema recorrente nos debates sociais, especialmente no Brasil, que possui uma alta incidência de crimes violentos. Esse comportamento agressivo muitas vezes tem raízes na infância. A falta de controle sobre comportamentos agressivos desde cedo frequentemente leva ao aumento de jovens violentos. Segundo Bandura (1977), as crianças aprendem e replicam comportamentos observados em modelos, quando percebem que tais comportamentos são recompensados ou não punidos. Este conceito de aprendizagem social ajuda a entender como a exposição à violência pode influenciar negativamente o desenvolvimento moral das crianças.

Portanto, é fundamental que família e instituições educacionais trabalhem juntas para ensinar e reforçar valores e comportamentos que promovam uma convivência respeitosa e harmoniosa. A educação emocional e o cumprimento das regras são pilares essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Paulo Freire (1987), sublinha a importância de uma educação que vá além da instrução técnica, defendendo que a educação deve ser compreendida como um meio para a prática da liberdade, promovendo a autonomia, a criticidade e o engajamento dos sujeitos na transformação social.

A brincadeira é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de habilidades nas crianças, inclusive na fase inicial de desenvolvimento, quando imitam o comportamento adulto para aprender a falar, andar e se alimentar. Através do faz de conta, as crianças simulam atividades cotidianas dos adultos, como atender o telefone, realizar tarefas domésticas e cuidar de filhos. Essas brincadeiras funcionam como um campo de experimentação da vida.

Na brincadeira, a criança sempre se comporta além do seu comportamento habitual, como se estivesse à frente de seu desenvolvimento habitual. Por exemplo, se um pai trata mal um atendente de farmácia, a criança pode imitar essa atitude, pois confia e aprende com o adulto que cuida dela. Albert Bandura (1977), em sua Teoria da Aprendizagem Social, afirma que as crianças aprendem novos comportamentos observando os outros, especialmente aqueles que são vistos como modelos. Assim, é essencial que pais e cuidadores sejam modelos de comportamento positivo para que as crianças possam desenvolver valores éticos desde cedo.

Brincar é mais do que uma atividade lúdica; é um meio comprovado de aprendizado. Jean Piaget (1990), observa que através do brincar, a criança explora e compreende o mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades cognitivas e sociais. Erik Erikson (1976), destaca que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento da confiança e da identidade moral. Portanto, a infância é a fase crucial para a construção de valores.

Lawrence Kohlberg (1992), sugere que o desenvolvimento moral progressivo depende do aprendizado de princípios éticos durante os primeiros estágios da vida. Se esses valores fundamentais não forem bem ensinados na infância, sua recuperação na adolescência e na vida adulta torna-se muito mais desafiadora.

Atualmente, enfrentamos desafios significativos na educação. Muitos jovens, criados sem limites claros, tornam-se pais com dificuldades em educar seus próprios filhos, transferindo a responsabilidade de educação para as escolas. Paulo Freire (1987), destaca que, a educação é uma prática de liberdade e um processo colaborativo que envolve a participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo família e escola. A educação deve ser vista como um esforço coletivo, com cada parte desempenhando um papel vital no desenvolvimento das futuras gerações.

2.1 Moralidade e ética

A moralidade e a ética são conceitos fundamentais para a compreensão do comportamento humano e da organização de sociedades estruturadas. Embora frequentemente utilizados de forma intercambiável, esses termos possuem diferenças essenciais em suas definições e implicações. Compreender essas distinções, bem como as principais teorias que explicam o desenvolvimento moral, é crucial para entender como os valores são formados e como influenciam o comportamento individual e coletivo.

A moralidade refere-se ao conjunto de normas, princípios e valores que orientam o comportamento humano em relação ao que é considerado certo ou errado dentro de uma

determinada sociedade. Ela é profundamente influenciada pelo contexto social, cultural e religioso, sendo internalizada ao longo da vida através da socialização. Segundo Erikson (1976), as primeiras interações sociais são fundamentais para o desenvolvimento moral e formam a base dos valores que uma pessoa carrega para a vida adulta.

Por outro lado, a ética é o campo da filosofia que examina os princípios que fundamentam a moralidade. Enquanto a moralidade trata do que é correto ou incorreto em termos práticos, a ética questiona as razões por trás dessas práticas e tenta entender os conceitos de certo e errado de maneira mais abstrata e universal. Como afirma Kant (2009), a ética procura estabelecer normas que transcendam convenções culturais específicas e propõe princípios aplicáveis em qualquer sociedade e época.

Diversos teóricos contribuíram para o entendimento do desenvolvimento moral ao longo da vida. Jean Piaget, psicólogo suíço, foi pioneiro ao estudar o desenvolvimento moral infantil, propondo dois estágios principais: a moralidade heterônoma e a moralidade autônoma. No estágio de moralidade heterônoma, Piaget (1994) esclarece que, as regras são vistas como fixas e impostas por autoridades; enquanto na moralidade autônoma, a criança passa a entender que as regras são flexíveis e podem ser ajustadas conforme as circunstâncias.

Piaget (1994), descreve o desenvolvimento moral das crianças como um processo em estágios. No estágio pré-moral (0-5 anos), ainda não há internalização formal de regras. No estágio da moralidade heterônoma (5-10 anos), a criança compreende as regras como absolutas e impostas por autoridade. A partir dos 10-12 anos, no estágio da moralidade autônoma, ela entende que as regras são construções sociais, podendo ser modificadas com base no respeito mútuo e na justiça.

"A criança não possui ainda um pensamento interior suficientemente preciso e móvel, seu pensamento lógico-verbal é demasiadamente curto e vago." (Piaget, 1990, p. 198).

A citação de Piaget enfatiza que a cooperação e o acordo mútuo são essenciais para que as crianças internalizem as regras de forma significativa, vendo-as como construções sociais justas, e não apenas como imposições externas. Esse processo contribui para o desenvolvimento do julgamento moral, no qual as crianças compreendem o valor das normas ao reconhecê-las como resultado de um consenso coletivo, promovendo assim uma convivência mais harmoniosa e respeitosa no grupo social.

Lawrence Kohlberg (1992) ampliou a teoria de Piaget ao propor seis estágios do desenvolvimento moral, agrupados em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Propondo uma teoria do desenvolvimento moral baseada em estágios sucessivos que descrevem como os indivíduos evoluem no julgamento ético. Para ele, as decisões morais

vão se transformando com o amadurecimento, passando de uma lógica baseada em recompensas e punições para uma compreensão mais profunda de justiça e direitos humanos. Esses estágios explicam a progressão do pensamento moral desde uma perspectiva egoísta até uma moralidade baseada em princípios universais. O primeiro nível, denominado pré-convencional, é comum na infância e caracteriza-se pela moralidade baseada em interesses imediatos, como evitar punições ou buscar recompensas. No nível seguinte, o convencional, que geralmente surge por volta dos nove anos, os indivíduos passam a orientar seu comportamento pelas normas sociais, buscando aprovação e respeitando leis para manter a ordem. Por fim, o nível pós-convencional, típico da adolescência e idade adulta, é marcado por uma visão moral que ultrapassa convenções sociais, fundamentando-se em princípios éticos universais, como a justiça, a dignidade humana e os direitos fundamentais. Esses níveis não são apenas faixas etárias, mas representam modos distintos de pensar e agir moralmente, sendo influenciados pelas experiências sociais e pelas oportunidades de reflexão crítica que o sujeito vivencia ao longo de sua trajetória.

A partir dessas teorias, compreende-se que o desenvolvimento moral é um processo contínuo e influenciado por múltiplos fatores, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais ética, participativa e justa.

2.2 Diferenças entre moralidade e ética

Apesar de suas inter-relações, a moralidade e a ética possuem distinções fundamentais. A moralidade é uma construção social e pessoal que varia com o tempo e o espaço, refletindo os padrões de comportamento aceitos por uma comunidade específica. Vygotsky (2000) observa que a moralidade é moldada pelas interações sociais e pelo contexto cultural em que o indivíduo se desenvolve.

Já a ética busca examinar esses padrões através de uma lente filosófica e racional. Enquanto a moralidade pode variar de acordo com as circunstâncias culturais, a ética procura criar normas de comportamento aplicáveis a qualquer sociedade. Kant (2009) defende que as regras morais devem ser universais e incondicionais, ou seja, devem transcender as especificidades culturais e temporais.

Além disso, a moralidade tende a ser uma compreensão mais imediata e emocional do certo e errado, frequentemente vinculada à socialização infantil. Bowlby (2002) descrevem que o apego inicial com os cuidadores desempenha um papel crucial no desenvolvimento da moralidade emocional nas crianças. A ética, por outro lado, é uma reflexão crítica e sistemática

que questiona as razões subjacentes às nossas ações e busca coerência entre valores e comportamentos.

Essas distinções entre moralidade e ética, juntamente com as teorias do desenvolvimento moral, fornecem uma base teórica sólida para compreender como os indivíduos e as sociedades constroem regras de convivência. Através da análise dessas teorias, é possível identificar como a educação e as interações sociais moldam valores e comportamentos, promovendo um ambiente que favorece a coesão social e reduz a violência. Além disso, essas perspectivas ressaltam a importância do diálogo e da reflexão crítica no processo educativo, fundamentais para o fortalecimento de uma cultura de respeito e responsabilidade coletiva. Essa construção contínua de normas e valores é essencial para a adaptação social em contextos dinâmicos e plurais. Assim, a compreensão profunda desses mecanismos oferece subsídios para políticas educacionais que busquem formar cidadãos mais conscientes e atuantes na promoção do bem comum.

2.3 Desenvolvimento moral na infância e o papel dos pais, cuidadores e educadores

O desenvolvimento moral na infância é um processo complexo e gradual que envolve a internalização de valores, normas e comportamentos éticos. Desde cedo, as crianças começam a aprender o que é considerado certo ou errado dentro de seu ambiente social, sendo inicialmente influenciadas por suas interações com pais, cuidadores, educadores e amigos. Esse desenvolvimento é essencial para a construção de uma convivência social harmoniosa e para a formação de cidadãos responsáveis.

Pais, cuidadores e educadores desempenham um papel central no desenvolvimento moral das crianças, especialmente nos primeiros anos de vida. Desde cedo, as crianças observam e imitam os comportamentos dos adultos ao seu redor, internalizando regras e valores com base em suas interações cotidianas. Como destaca Vygotsky (2000), o desenvolvimento moral da criança é mediado pelas interações sociais, sendo moldado pelas práticas culturais e pelos valores transmitidos pelos adultos.

Em geral, os pais e cuidadores exercem um papel fundamental como primeiros modelos de comportamento para as crianças. São eles que, ao estabelecerem limites, recompensarem atitudes adequadas e corrigirem comportamentos inadequados, influenciam diretamente a formação dos valores morais. Além disso, acredito que a forma como lidam com os conflitos, praticam o respeito e demonstram empatia pode moldar significativamente o desenvolvimento da moralidade infantil.

Na escola, os professores desempenham um papel complementar ao dos pais, reforçando valores como justiça, cooperação e respeito às regras sociais. A escola, como aponta Freire (1987), é um espaço privilegiado para a construção de cidadania, onde as crianças aprendem a lidar com o outro, respeitar normas e questionar as injustiças sociais.

A socialização precoce, ou seja, a maneira como as crianças são expostas às normas e comportamentos da sociedade desde tenra idade, exerce uma influência decisiva sobre o desenvolvimento moral. As interações com a família, a escola e os amigos proporcionam contextos ricos para o aprendizado de valores.

A família é o primeiro agente de socialização e tem uma influência duradoura sobre o comportamento moral das crianças. O ambiente familiar e os tipos de disciplina adotados pelos pais são fatores que moldam o caráter e a moralidade da criança. Como Piaget (1990), observa, a família é o primeiro ambiente no qual a criança aprende sobre cooperação e respeito mútuo.

Na escola, as crianças experimentam uma ampla gama de interações sociais. A necessidade de compartilhar, resolver conflitos pacificamente e seguir regras ajuda a moldar o comportamento moral. Erikson (1976), menciona que, a escola também expõe as crianças a novas perspectivas morais, permitindo-lhes ampliar sua compreensão das normas sociais.

As interações com colegas também desempenham um papel crucial. De acordo com Vygotsky (2000), os pares funcionam como um laboratório social onde as crianças testam e ajustam seus comportamentos morais, aprendendo a negociar e a cooperar.

A construção de regras e valores é essencial para a formação de cidadãos responsáveis e para a promoção de uma sociedade mais justa e harmoniosa. Desde a infância, os indivíduos são expostos a normas e princípios éticos que orientam suas ações e atitudes no contexto social. Esses princípios são cruciais não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para o bem-estar coletivo, influenciando a convivência e a resolução de conflitos no dia a dia.

Regras e valores formam a base da educação moral e social, guiando o comportamento das pessoas desde a infância até a vida adulta. Segundo Piaget (1994), as regras estabelecem limites claros sobre o que é esperado em termos de comportamento, fornecendo uma estrutura que auxilia as crianças a desenvolver habilidades como autocontrole, disciplina e respeito pelos outros. Essas diretrizes ensinam os indivíduos a tomar decisões que beneficiem não apenas a si próprios, mas também a sociedade como um todo.

Os valores representam os princípios éticos que orientam as escolhas e ações das pessoas. Valores como honestidade, empatia, respeito e justiça são fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis. Como afirma Kohlberg (1992), valores éticos oferecem uma base moral para a tomada de decisões e ajudam as pessoas a reconhecer e

considerar as necessidades e os direitos dos outros. Quando internalizados, os valores éticos tornam os indivíduos mais capazes de agir de forma responsável, mesmo na ausência de regras explícitas, pois suas ações são guiadas por um senso de responsabilidade moral.

Dessa forma, a formação de cidadãos responsáveis é o resultado de uma educação que enfatiza tanto as regras quanto os valores. Indivíduos educados com base nesses princípios tendem a agir de maneira mais consciente, contribuindo para o bem-estar coletivo. Além disso, são mais propensos a cumprir seus deveres sociais, respeitar as leis e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

“A dependência de uma vontade não absolutamente boa do princípio da autonomia (a necessitação moral) é obrigatória.” (Kant, 2009, p. 283). Para Kant, uma vontade "não absolutamente boa" é a vontade humana comum. Diferente de uma vontade divina ou de um ser puramente racional que agiria sempre de acordo com a razão, a vontade humana é influenciada por inclinações, desejos e sentimentos. Por isso, ela não é "absolutamente boa" por natureza, ou seja, nem sempre escolhe o que é moralmente correto de forma espontânea e perfeita. É nesse ponto que entra o princípio da autonomia. Para Kant, a autonomia é a capacidade da vontade de ser uma lei para si mesma, ou seja, de agir de acordo com princípios que ela mesma se impõe, e não por coerção externa ou por inclinações. Quando a vontade humana (que não é absolutamente boa) se submete a esses princípios que ela mesma reconhece como racionais e universais, surge a necessitação moral, ou seja, o sentimento de dever. Essa "necessitação moral" é obrigatória porque é a única forma de uma vontade imperfeita (a humana) agir moralmente.

O comportamento ético de uma pessoa influencia diretamente a confiança e o respeito mútuo entre os membros de uma comunidade, criando um ambiente social mais harmonioso. Vygotsky (2000), observa que, quando as pessoas agem com honestidade e responsabilidade, a confiança entre os membros de uma comunidade aumenta, promovendo uma convivência mais pacífica e uma sociedade mais segura.

Além disso, a moralidade individual impacta diretamente a qualidade das interações sociais. Valores como respeito e empatia ajudam as pessoas a entender as perspectivas dos outros e a considerar suas necessidades e direitos em situações de conflito. Dessa forma, o bem-estar social é amplamente sustentado pela moralidade individual, que contribui para a criação de um ambiente em que as pessoas possam viver com segurança e dignidade.

A moralidade também desempenha um papel central na convivência social e na resolução de conflitos. Como afirma Bowlby (2002), conflitos são inevitáveis em qualquer sociedade, mas a forma como são resolvidos depende dos valores morais que os indivíduos

carregam consigo. Em uma sociedade onde as pessoas internalizam valores como justiça, respeito e equidade, os conflitos tendem a ser resolvidos de maneira pacífica e construtiva.

A moralidade orienta as pessoas a buscarem soluções justas e equilibradas para os problemas, promovendo o diálogo e a compreensão mútua. Quando os indivíduos são orientados por valores éticos, estão mais dispostos a considerar as necessidades e os sentimentos dos outros, o que facilita a negociação e a mediação em situações de conflito. Para Kant (2009), a ética fornece um fundamento para resolver conflitos de forma justa e equilibrada, favorecendo tanto os indivíduos quanto o grupo, reforçando a justiça social e contribuindo para uma comunidade mais unida.

Portanto, a construção de regras e valores não apenas forma cidadãos responsáveis, mas também cria as condições necessárias para uma convivência pacífica e para a resolução de conflitos de maneira ética e justa. A internalização desses princípios é crucial para a manutenção de uma sociedade estável, onde as pessoas possam viver em harmonia e resolver suas diferenças de forma construtiva.

Investir na construção de regras e valores desde a infância é vital para o desenvolvimento de cidadãos responsáveis e para o bem-estar social. Quando os indivíduos internalizam princípios morais e agem de acordo com esses valores, eles contribuem para uma convivência social mais harmoniosa e para a resolução pacífica de conflitos. Como aponta Kohlberg (1992), a moralidade individual tem um impacto profundo no coletivo, influenciando a forma como a sociedade lida com os desafios e conflitos. Dessa forma, investir na educação moral desde a infância é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, responsável e pacífica.

3 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

A Educação Moral e Cívica (EMC), presente no currículo escolar brasileiro até meados dos anos 1990, frequentemente foi mal interpretada ou associada a um regime autoritário. No entanto, essa disciplina tinha a proposta de formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, promovendo valores como o respeito ao próximo, a convivência pacífica, o amor à pátria e o fortalecimento dos laços familiares. Saviani (2007), acreditava que EMC foi introduzida como uma resposta aos desafios de consolidar um senso de cidadania em meio a um contexto político tenso, e reforçava a importância de valores democráticos no processo educacional.

A disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) foi instituída com a finalidade de consolidar valores de cidadania e de ordem social, em consonância com o contexto político vigente à época. Sua extinção, ocorrida durante o governo Itamar Franco, representou uma inflexão significativa nas políticas educacionais brasileiras, ao privilegiar uma formação voltada para a autonomia intelectual e para o desenvolvimento crítico do indivíduo. O período foi marcado por interpretações divergentes: enquanto determinados setores o consideravam um momento de estabilidade institucional, outros o avaliavam como restritivo às liberdades democráticas. Nesse sentido, a supressão da EMC simbolizou a transição para um modelo educacional orientado pela adaptação às transformações sociais e pelo incentivo ao progresso coletivo, em sintonia com os ideais de pluralidade e liberdade de pensamento.

Freire (1987), questiona o modo como os contextos históricos influenciam a percepção pública da educação evidenciando que toda prática educativa é, inevitavelmente, política, na medida em que contribui para a formação de consciências. Nesse sentido, o verdadeiro desafio não está em negar essa natureza política, mas em transformá-la em um instrumento de reflexão crítica, que promova a autonomia do sujeito, sem incorrer em práticas doutrinárias.

Gadotti (2005), aponta que o verdadeiro objetivo da educação cívica é fomentar a responsabilidade social e ética, essenciais para qualquer democracia saudável. O respeito às leis, à diversidade e à convivência harmoniosa são pilares que, ensinados de forma apartidária, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Ele argumenta que a educação cívica, se adequadamente estruturada, pode formar cidadãos que entendem seu papel social e político, sem necessariamente se confundir com doutrinação.

A ausência da EMC nas escolas pode ser vista como um dos fatores que contribuíram para o aumento da violência e da falta de respeito na sociedade, embora não seja a única explicação. Bandura (1977), com sua Teoria da Aprendizagem Social, reforça a ideia de que

comportamentos violentos e antissociais muitas vezes são aprendidos por meio da observação e da falta de modelos positivos. Segundo ele, quando os jovens não têm uma educação formal em ética e cidadania, ficam mais vulneráveis a influências externas, como a mídia, que frequentemente promove valores individualistas e violentos.

Além disso, a EMC oferecia uma base para a construção de normas éticas e de convivência. Kohlberg (1992), argumenta que a educação moral é um processo contínuo, essencial para o desenvolvimento do senso de justiça. Sem referências claras sobre cidadania, muitos jovens podem crescer sem entender plenamente a importância de respeitar as leis e o próximo, afirma o autor.

A ausência de um ensino sistematizado sobre ética e moral nas escolas também pode deixar os jovens mais suscetíveis à cultura midiática, que frequentemente valoriza comportamentos agressivos e individualistas. Sennett (2003), discute o impacto da ausência de uma educação moral sistemática, argumentando que a exposição à violência na mídia contribui para a banalização da vida e a naturalização da agressividade.

Por outro lado, é crucial observar que o aumento da violência não se explica apenas pela ausência da EMC. Erikson (1976), argumenta que a formação moral de um indivíduo está também intrinsecamente ligada a fatores sociais, como a desigualdade, a desestruturação familiar e a exclusão social. O contexto social e econômico no qual o jovem está inserido desempenha um papel decisivo no seu desenvolvimento ético e moral. Uma solução contemporânea pode ser a introdução de uma educação integral, que aborde não apenas os aspectos cognitivos, mas também o desenvolvimento moral e emocional dos estudantes.

Concluindo então, que embora a escola tenha um papel fundamental na formação ética dos jovens, Bowlby (2002) lembra que as famílias e comunidades também desempenham um papel crucial. No entanto, com a desestruturação familiar e a falta de tempo, muitas famílias enfrentam dificuldades em cumprir essa função, o que agrava a situação.

3.1 Educação moral, cívica e ética no contexto escolar

A Educação moral, cívica e ética no contexto escolar desempenha um papel essencial na formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem-estar coletivo. De acordo com Kohan (2007), a escola é um espaço crucial onde valores e comportamentos sociais são moldados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica. A educação não se limita ao aprendizado acadêmico, mas também abrange a formação moral e cívica dos alunos.

Durkheim (1999) destaca que a educação deve promover o desenvolvimento de estados morais exigidos pela vida social, contribuindo assim para a formação de cidadãos conscientes de seu papel coletivo. As escolas têm a responsabilidade de ensinar não apenas conhecimento acadêmico, mas também normas, valores e comportamentos necessários para a vida em sociedade. Assim, ao aprender sobre temas como respeito às leis, direitos humanos e igualdade, os alunos tornam-se mais conscientes de suas responsabilidades individuais e coletivas.

Entre os métodos eficazes para o ensino de ética e cidadania no ambiente escolar estão as aulas expositivas, discussões em grupo, projetos colaborativos e simulações de situações da vida real. Piaget (1994), defende que a educação moral deve desafiar os alunos a refletir sobre dilemas éticos e tomar decisões informadas. Aulas de cidadania podem abordar diretamente questões morais e cívicas, discutindo conceitos como justiça, liberdade e responsabilidade social. Estas aulas fornecem uma base teórica sobre ética e incentivam a reflexão crítica e o debate entre os alunos.

Projetos comunitários são uma abordagem eficaz para o ensino de cidadania, envolvendo os alunos em atividades que promovem o bem comum. Freire (1999), afirma que o envolvimento em projetos comunitários estimula a participação ativa e o serviço social, permitindo que os alunos desenvolvam empatia e senso de comunidade. Tais atividades, como campanhas de conscientização e voluntariado, ajudam os alunos a entender melhor a responsabilidade social.

Simulações de debates sobre dilemas éticos também são ferramentas poderosas de ensino. Vygotsky (2000), ressalta que as simulações permitem que os alunos explorem diferentes perspectivas e desenvolvam habilidades de argumentação, respeitando opiniões divergentes. Esse tipo de atividade permite que os alunos discutam questões de justiça social, direitos humanos e meio ambiente, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo.

Outra metodologia importante é ensinar os alunos a resolver conflitos de forma pacífica e construtiva. Programas de mediação de conflitos, por exemplo, ajudam a desenvolver habilidades como escuta ativa e negociação, promovendo a cooperação e prevenindo a violência. Bowlby (2002), enfatizam que a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva é essencial para a convivência harmoniosa.

O papel da escola na prevenção da violência e da delinquência é fundamental. Segundo Sennett (2003), ao ensinar valores morais e éticos, as escolas ajudam a reduzir comportamentos agressivos e antissociais. A educação moral ensina a importância da empatia e do diálogo, o que pode ajudar os alunos a evitar comportamentos violentos e a agir de maneira construtiva em situações de tensão.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, reconhece a formação ética como uma das competências gerais da educação básica, afirmando que a escola deve promover o autoconhecimento, a empatia, o respeito ao outro e a resolução de conflitos. A BNCC propõe o desenvolvimento de competências socioemocionais e de valores que favoreçam a convivência pacífica, a solidariedade e o exercício da cidadania. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 2º, estabelece que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ambas as normativas reforçam que a formação moral e ética não deve ser tratada como conteúdo isolado, mas sim como parte fundamental de todo o processo educativo.

Além disso, a escola pode identificar precocemente sinais de risco e intervir de forma preventiva, oferecendo suporte psicossocial e promovendo a cooperação com as famílias. Bobbio (2000), argumenta que programas de apoio e mediação podem ajudar os jovens a encontrar caminhos mais saudáveis e positivos. Programas escolares voltados para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais também são cruciais para a prevenção da violência, ajudando os alunos a lidar com emoções como frustrações e ansiedade de maneira saudável.

A educação moral, cívica e ética no contexto escolar é vital para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de seu papel na sociedade. Por meio de métodos pedagógicos eficazes, como aulas de cidadania, projetos comunitários e resolução pacífica de conflitos, as escolas não apenas ensinam valores, mas também promovem o desenvolvimento de competências sociais essenciais para a convivência em sociedade. A prevenção da violência e da delinquência contribui para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e solidária, preparando os jovens para se tornarem agentes de transformação social.

Portanto, a reintrodução de uma disciplina voltada à formação moral e cívica pode ser um caminho eficaz para combater a violência e promover o respeito, mas deve ser acompanhada de uma visão ampla sobre os desafios morais, éticos e sociais do mundo atual.

Os meios de comunicação e a cultura popular também exercem uma influência significativa na formação moral dos indivíduos, especialmente durante a infância e a adolescência. Em uma era de crescente exposição às mídias digitais e ao entretenimento, os valores e comportamentos veiculados por esses meios se tornam parte integral do processo de socialização, moldando as atitudes, percepções e crenças de milhões de pessoas.

3.2 Como a mídia e a cultura afetam a construção dos valores morais

A mídia e a cultura popular são importantes agentes de socialização que podem reforçar, modificar ou até mesmo desafiar os valores morais aprendidos no contexto familiar e escolar. Bandura (1977), afirma que os indivíduos aprendem observando e imitando comportamentos, especialmente quando esses comportamentos são retratados como recompensadores. Programas de televisão, filmes, redes sociais, música, videogames e publicidade apresentam narrativas e imagens que muitas vezes refletem os valores predominantes na sociedade, enquanto moldam as expectativas dos indivíduos sobre como agir e se comportar.

Os conteúdos midiáticos desempenham um papel ambíguo na formação moral. Por um lado, a mídia pode promover valores éticos positivos, como justiça, empatia e solidariedade, ao retratar heróis que defendem os fracos ou ao apresentar histórias de superação e cooperação. "Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos" (VIGOTSKI, 2000, p. 75). Nesse sentido, a cultura popular, veiculada pelos conteúdos midiáticos, atua como um campo de interações simbólicas onde a própria dignidade é construída. Se a dignidade não é tanto uma propriedade individual, mas uma relação social, como aponta Sennett (2003), as narrativas e representações midiáticas adquirem um poder imenso, pois moldam e refletem essas "relações reais" e, conseqüentemente, a percepção e o exercício da dignidade. Contudo, a cultura popular nem sempre é positiva. Ao veicular estereótipos, preconceitos ou a banalização da desigualdade, ela pode minar essa dignidade relacional. Em vez de promover o respeito e o reconhecimento, essas representações normalizam o desrespeito e a exclusão, distorcendo a percepção de como as pessoas devem ser tratadas. Assim, o que poderia inspirar comportamentos éticos acaba, paradoxalmente, por legitimar atitudes prejudiciais.

Os modelos de comportamento apresentados por celebridades e influenciadores nas redes sociais, por exemplo, podem exercer uma forte influência sobre os jovens, que os veem como figuras de autoridade ou referência. Kohan (2007), ressalta que a repetição constante de certos comportamentos ou atitudes pode legitimar normas sociais que nem sempre estão alinhadas com os valores morais desejáveis. Dessa forma, a mídia pode tanto contribuir para a construção de uma sociedade mais ética quanto reforçar padrões questionáveis de comportamento.

Um dos aspectos mais preocupantes da influência midiática é a exposição à violência. Foucault (1984), argumenta que a exposição constante a conteúdos violentos pode dessensibilizar as pessoas à violência real, tornando-a mais aceitável ou normalizada. A teoria

da aprendizagem social, proposta por Bandura (1977), sugere que a violência apresentada como uma forma eficiente de resolver conflitos pode reforçar a ideia de que a agressão é aceitável ou até desejável. Esse fenômeno é particularmente preocupante no desenvolvimento moral de crianças e adolescentes, que estão em processo de formação de valores e identidade.

A exposição prolongada à violência pode levar à dessensibilização emocional, onde as pessoas se tornam menos sensíveis ao sofrimento alheio. Vygotsky (2000), destaca que esse fenômeno pode enfraquecer a empatia, uma competência essencial para o desenvolvimento moral e para a convivência pacífica em sociedade. Crianças e adolescentes expostos a níveis elevados de violência midiática podem desenvolver uma visão distorcida da realidade, acreditando que o mundo é inerentemente perigoso e que o uso da força é necessário para se proteger ou impor sua vontade.

Além disso, a exposição frequente a conteúdos violentos, que pode contribuir para o aumento do medo e da ansiedade, prejudicando o comportamento social geral. Segundo Piaget (1994), a coerção social influencia a criança apenas superficialmente, favorecendo a obediência a regras impostas por outros em vez do desenvolvimento de uma moralidade própria e autônoma.

Essa frase de Piaget mostra que quando uma criança é forçada a obedecer por medo de punição ou pressão externa (coerção social), ela tende a obedecer apenas para evitar consequências, e não porque entende ou aceita o valor da regra. Isso prejudica o desenvolvimento da moral autônoma, que acontece quando a criança compreende o porquê das regras e age com responsabilidade própria.

A mídia e a cultura popular têm uma influência significativa na formação moral dos indivíduos, desempenhando um papel tanto positivo quanto negativo. Embora possam promover valores éticos e educar sobre questões sociais importantes, também podem reforçar comportamentos problemáticos e valores distorcidos, especialmente no que diz respeito à exposição à violência. Saviani (2007), ressalta a importância de uma supervisão cuidadosa e da educação crítica em relação ao consumo de mídia. Educadores, pais e cuidadores têm um papel essencial em ajudar os jovens a interpretar e refletir criticamente sobre as mensagens que consomem na mídia, incentivando-os a questionar os valores transmitidos e a desenvolver um senso moral mais sólido e autônomo. Somente com uma abordagem consciente e crítica da mídia, a sociedade pode garantir que os meios de comunicação e a cultura popular contribuam de maneira positiva para a formação moral e ética das novas gerações.

A falta de moralidade impacta negativamente as relações interpessoais, comprometendo a confiança mútua e a convivência harmoniosa. Segundo Piaget (1994), a confiança é um

elemento essencial nas relações sociais e, quando é minada por atitudes egoístas e desrespeitosas, pode enfraquecer o convívio coletivo, dificultando a cooperação e promovendo relações baseadas no medo e na hostilidade. Nesse sentido, Saviani (2007) observa que a ausência de valores morais também contribui para o fortalecimento de estruturas de desigualdade e injustiça, aprofundando divisões sociais e alimentando ressentimentos e conflitos.

Diversos países e instituições têm implementado políticas públicas e iniciativas destinadas a promover uma convivência pacífica e a prevenir comportamentos violentos. Bandura (1977), sugere que a inclusão de educação moral e cívica nos currículos escolares, com ênfase em habilidades socioemocionais como empatia e resolução de conflitos, é essencial para formar cidadãos mais conscientes e responsáveis. Essas iniciativas visam reduzir comportamentos violentos desde cedo, desenvolvendo uma consciência crítica sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

Programas de mediação de conflitos e justiça restaurativa também têm sido adotados como alternativas ao sistema punitivo tradicional. Saviani (2007) observa que esses programas buscam resolver disputas de maneira pacífica, incentivando o diálogo e a reparação dos danos. A oferta de um ambiente seguro para a resolução de conflitos reduz a necessidade de recorrer à violência como forma de resolver disputas.

A violência frequentemente está associada à desigualdade social e à falta de oportunidades. Freire (1987) enfatiza que políticas públicas que promovem o acesso à educação de qualidade, saúde e segurança social são essenciais para reduzir tensões e promover sociedades com menor disparidade econômica e criminalidade. Iniciativas públicas que promovem a conscientização sobre a importância dos valores morais e a não-violência também têm se mostrado eficazes. Campanhas educativas ajudam a promover uma cultura de paz e a internalização de valores éticos nas interações cotidianas.

A relação entre moralidade e violência é um aspecto crítico na construção de sociedades mais justas e pacíficas. Sociedades que cultivam valores éticos fortes tendem a ser menos violentas, enquanto a ausência de uma moralidade coletiva pode resultar em desordem e agressão. A implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de valores morais, a educação cívica, a mediação de conflitos e a redução das desigualdades sociais é essencial para promover uma convivência pacífica e construir um futuro mais ético e humano.

3.3 A moralidade coletiva

A moralidade coletiva é um tema amplamente explorado tanto na filosofia quanto na sociologia. Ela refere-se ao conjunto de normas e valores compartilhados por uma sociedade, que orientam o comportamento dos indivíduos e garantem a coesão social. Diversos filósofos e sociólogos ofereceram perspectivas distintas sobre como a moralidade é construída, mantida e influenciada pelas instituições sociais. O pensamento de filósofos como Immanuel Kant, John Rawls e Michel Foucault oferece importantes contribuições para a compreensão de como a moralidade molda a sociedade e como as instituições desempenham um papel crucial na sua preservação.

Immanuel Kant (2009), em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, propôs uma teoria moral baseada no imperativo categórico, que afirma que uma ação é moralmente correta se puder ser universalizada sem contradição. Kant acreditava que a moralidade deveria ser guiada pela razão e que os indivíduos deveriam agir de acordo com princípios racionais, independentemente das consequências pessoais. A moralidade coletiva depende da capacidade dos indivíduos de reconhecer e aplicar princípios morais universais que respeitam a dignidade de todas as pessoas, servindo como meio para alcançar ordem e justiça social.

Kant, no entanto, pretende elaborar seu projeto de uma metafísica moral no quadro do pensamento crítico, e isso significa que sua filosofia moral não pode se basear em suposições metafísicas, mas, ao contrário, que sua metafísica moral (nos dois sentidos do termo “metafísica”) tem de se basear em fundamentos críticos. (Kant, 2000, p. 15).

Kant acreditava que devemos agir com base em princípios que sirvam para todos, e não apenas pensando no que é bom para nós. Ele dizia que a moral deve vir da razão, ou seja, de pensar de forma justa e consciente, e não apenas de regras prontas ou crenças. A frase citada mostra que sua teoria moral não se apoia em ideias sem base, mas sim em uma análise crítica e racional do que é certo. Assim, ele queria construir uma moral que fosse válida para qualquer pessoa, em qualquer lugar, porque respeita a dignidade de todos.

John Rawls (2016), em *Uma Teoria da Justiça*, abordou a moralidade a partir da perspectiva de justiça distributiva. Rawls introduziu o conceito de uma posição original sob o véu da ignorância, onde indivíduos fazem escolhas sobre a estrutura da sociedade sem conhecer suas posições ou privilégios. Essa abordagem visa criar uma sociedade justa, onde recursos e direitos são distribuídos de maneira equitativa. Na visão de Rawls, a moralidade coletiva está

enraizada em um compromisso com a justiça como equidade, com instituições que garantem que ninguém seja desfavorecido ou discriminado.

Foucault (1984) compreende a moral não como um conjunto de regras externas impostas ao indivíduo, mas como uma forma de conduta que envolve a maneira como a pessoa se relaciona com os outros e consigo mesma. Ele mostra que a moralidade não é apenas um conjunto de regras externas que as pessoas devem seguir, mas sim a maneira como elas escolhem agir no mundo, tanto em relação aos outros quanto a si mesmas. Ou seja, a moralidade envolve práticas e decisões pessoais, não apenas obediência.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault argumenta que a moralidade é uma construção das relações de poder e que as normas morais muitas vezes servem para reforçar o controle social. Ele vê as instituições como mecanismos através dos quais o poder disciplina e regula os indivíduos, moldando a moralidade coletiva conforme as estruturas de poder que definem o que é normal ou desviante.

A moralidade coletiva desempenha um papel crucial na coesão social ao fornecer normas e valores que orientam o comportamento dos indivíduos. Quando os membros de uma sociedade compartilham valores morais como respeito, justiça e cooperação, isso cria uma base para a confiança mútua e o funcionamento pacífico das instituições sociais. Émile Durkheim (1999) argumenta que a moralidade é fundamental para a coesão social porque fornece um quadro de referência comum que legitima as regras sociais e expectativas de comportamento. Em sociedades complexas, a divisão do trabalho cria diferentes papéis, mas é a moralidade compartilhada que une essas diferenças, permitindo que a sociedade funcione como um todo integrado. Sem uma base moral comum, o tecido social pode se desintegrar, levando à anomia, uma condição de desorientação moral e falta de direção.

As instituições sociais, como a família, a escola, o sistema jurídico e as organizações religiosas, desempenham um papel essencial na preservação e transmissão dos valores morais. Elas funcionam como agentes de socialização, ensinando normas e regras fundamentais para a vida em sociedade.

A família é, geralmente, o primeiro espaço onde os valores morais são ensinados. Giddens (2012) menciona que, desde a infância, os indivíduos aprendem conceitos como respeito, honestidade e cooperação no ambiente familiar. A maneira como pais e cuidadores transmitem esses valores exerce um impacto duradouro no desenvolvimento moral dos indivíduos.

A escola complementa esse processo ao introduzir uma moralidade cívica mais ampla, que envolve o respeito às regras e à autoridade, a importância da justiça e a cooperação com os

pares. As escolas também promovem habilidades de resolução de conflitos e encorajam o senso de responsabilidade social.

Rawls (2016), menciona que o sistema jurídico formaliza a moralidade coletiva através de leis que regulam o comportamento e impõem sanções para quem viola as normas sociais. As leis refletem os valores morais da sociedade e servem como guia para o comportamento aceitável.

As instituições religiosas têm papel relevante na construção da moralidade, sobretudo por meio da transmissão de princípios éticos e espirituais que orientam o comportamento humano desde os primeiros anos de vida. Por intermédio de práticas comunitárias, rituais e ensinamentos cotidianos, as religiões contribuem para a formação de valores como respeito, solidariedade, justiça e empatia. Esses elementos, quando vivenciados no ambiente familiar e comunitário, tornam-se parte integrante da identidade moral das crianças, influenciando suas decisões e relações interpessoais ao longo da vida.

Além de fornecerem um conjunto de normas que favorece a convivência social harmoniosa, as religiões fortalecem o senso de pertencimento e incentivam atitudes coletivas pautadas no cuidado com o outro. Virtudes como perdão, generosidade e acolhimento não apenas moldam a conduta individual, mas também promovem a coesão social e a superação de adversidades, oferecendo suporte emocional e espiritual.

Contudo, é necessário reconhecer que essa influência não é homogênea e pode variar conforme o contexto cultural e a forma como os ensinamentos religiosos são interpretados. Em certos casos, interpretações rígidas ou excludentes podem limitar o pensamento crítico e a aceitação da diversidade. Por essa razão, a formação ética precisa ser ampliada para incorporar outras fontes de valores, como a experiência social, o conhecimento científico e o diálogo intercultural.

Assim, ao considerar a religião como uma das múltiplas dimensões da construção moral, é possível promover uma educação ética mais plural, inclusiva e comprometida com a formação de cidadãos conscientes, respeitosos e capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

A maneira como valores morais são cultivados desde a infância reflete profundamente a estrutura cultural e as práticas sociais de cada sociedade. Em muitas culturas coletivistas, como as encontradas na Ásia Oriental (por exemplo, Japão, China, Coreia do Sul) e na América Latina (por exemplo, Brasil, México), a educação moral enfatiza a harmonia social e o respeito pela autoridade. Crianças são ensinadas a valorizar a coesão do grupo e a importância de manter relações harmoniosas com os outros. Segundo Durkheim (1999), a moralidade nessas culturas

é frequentemente transmitida por meio de práticas sociais e rituais que reforçam a obediência e a solidariedade familiar. A socialização é realizada por meio dos modelos de comportamento dos pais, histórias tradicionais e normas comunitárias, estabelecendo uma base para a coesão social e a integração.

Em contraste, culturas individualistas, como as encontradas na Europa Ocidental (por exemplo, Estados Unidos, Reino Unido, França) e em partes da Austrália, tendem a focar na autonomia pessoal e na expressão individual. Nessas culturas, a educação moral pode se concentrar mais na autoconfiança, na liberdade individual e na importância dos direitos pessoais. Em sociedades de cultura individualista, a formação moral tende a privilegiar a autonomia e a autorreflexão. Desde cedo, as crianças são incentivadas a tomar decisões por conta própria, desenvolver senso crítico e construir seus próprios princípios éticos com base em experiências pessoais e raciocínio lógico. Nesse contexto, o papel da educação é menos centrado na obediência a regras fixas e mais voltado para o estímulo ao pensamento independente, ao diálogo e à compreensão das consequências das próprias escolhas, promovendo uma moralidade orientada por convicções internas em vez de imposições externas.

3.4 Diferenças na abordagem da moralidade em sociedades mais e menos violentas

As abordagens da moralidade podem ter um impacto significativo na incidência de violência dentro das sociedades. Em sociedades com baixas taxas de violência, como os países escandinavos, há uma forte ênfase na educação moral e na resolução pacífica de conflitos. Segundo Sennett (2003), essas sociedades frequentemente possuem sistemas robustos de apoio social e justiça restaurativa, promovendo a mediação e a reconciliação. A moralidade nessas culturas está associada a um forte senso de empatia e respeito pelos direitos dos outros, com a educação infantil incluindo programas que incentivam a compreensão intercultural e a cooperação.

Em contraste, sociedades com altos níveis de violência frequentemente enfrentam desafios relacionados à inequidade social, desigualdade econômica e fraqueza institucional. A moralidade nessas culturas pode ser marcada por normas de poder e controle, com regras mais rígidas e punitivas. De acordo com Erikson (1976) e Foucault (1984), a falta de acesso a uma educação moral abrangente e a presença de altos índices de pobreza e desemprego podem contribuir para comportamentos violentos. Nesses contextos, a moralidade pode ser moldada por normas de autoritarismo ou opressão, refletindo uma socialização moral limitada que reforça a submissão ou a autoproteção.

O estudo comparativo dos modelos de construção moral em diferentes culturas revela a complexidade de como os valores morais são desenvolvidos e aplicados ao longo da vida. As diferenças na construção de valores morais, conforme orientadas pelas práticas culturais e instituições sociais, desempenham um papel crucial na formação de comportamentos e atitudes individuais. Compreender essas diferenças ajuda a reconhecer a importância de adaptar práticas educativas e políticas sociais ao contexto cultural específico. Ao promover uma educação moral inclusiva e adaptada às necessidades culturais, é possível contribuir para a construção de sociedades mais pacíficas e harmoniosas, onde os valores morais ajudam a mitigar a violência e fortalecer a coesão social.

3.5 Propostas para fortalecer a construção moral na infância

A construção moral na infância é um processo crucial que molda o caráter e o comportamento dos indivíduos ao longo da vida. Para fortalecer esse processo e promover uma sociedade mais ética e menos violenta, é fundamental implementar estratégias eficazes desde a tenra idade. A seguir, são apresentadas propostas para melhorar a construção moral na infância, abordando programas de intervenção educativa, criação de ambientes de aprendizagem positivos, estratégias comunitárias, e programas de escolas cívico-militares.

Os programas de intervenção educativa desempenham um papel essencial na promoção dos valores morais e éticos entre as crianças. Para garantir a eficácia desses programas, eles devem ser estruturados de acordo com as necessidades específicas das comunidades e contextos escolares.

Implementar currículos que incluam educação moral e cívica é fundamental. Esses currículos devem abordar temas como empatia, justiça, respeito e responsabilidade. De acordo com Kohlberg (1992), as atividades práticas, discussões em grupo e estudos de caso podem incentivar as crianças a refletirem sobre suas ações e compreenderem o impacto de suas escolhas.

Desenvolver programas que enfoquem a inteligência emocional e a resolução de conflitos é crucial. Giddens (2012), destaca que, ensinar as crianças a reconhecer e gerenciar suas emoções, comunicar-se de forma eficaz e resolver desentendimentos de maneira pacífica contribui para a construção de uma moralidade sólida.

Oferecer treinamentos e workshops para educadores e pais sobre práticas de educação moral é essencial. Freire (1999) menciona que, preparar esses adultos para serem modelos de

comportamento ético e utilizarem estratégias eficazes de ensino pode amplificar o impacto dos programas educativos.

Os ambientes de aprendizagem desempenham um papel crucial na formação moral das crianças. Criar ambientes que promovam valores éticos envolve a implementação de práticas e políticas que reforcem a moralidade e a convivência saudável.

A criança não deduz, de forma súbita e irrevogável, a relação entre o signo e o método de usá-lo. Tampouco ela desenvolve intuitivamente uma atitude abstrata, originada, por assim dizer, das profundezas da mente da própria criança. (Vygotsky, 2000, p. 60).

Vygotsky mostra que a criança não aprende sozinha nem de forma mágica; ela precisa de experiências e interações para compreender o mundo e desenvolver atitudes. Por isso, o ambiente em que ela vive e aprende faz toda a diferença. Quando esse ambiente é acolhedor, seguro e cheio de bons exemplos, a criança consegue entender e praticar valores como respeito, empatia e justiça. Aprender a viver com os outros, respeitar diferenças e agir com responsabilidade vem dessas vivências do dia a dia, orientadas por adultos que também vivem esses valores.

Ambientes onde as crianças se sentem seguras, valorizadas e respeitam a diversidade ajudam a criar um sentimento de pertencimento e respeito pelos outros. É nesses espaços, com muita interação social, que as crianças aprendem valores. Para isso, educadores e cuidadores precisam não só ensinar, mas também mostrar esses valores no dia a dia, criando exemplos e situações que favoreçam o aprendizado social e ético.

3.6 Estratégias comunitárias para reforçar a moralidade e reduzir a violência

Estratégias comunitárias são essenciais para criar uma rede de apoio que reforça a construção moral e reduz a violência.

Sennett (2003), menciona que, estabelecer parcerias entre escolas, organizações comunitárias e serviços sociais para implementar programas de educação moral e cívica ajuda a garantir que as mensagens sobre valores éticos sejam consistentes e reforçadas em diversos contextos.

Fortalecer a construção moral desde a infância exige o envolvimento de toda a comunidade em ações integradas que promovam valores éticos e a convivência harmoniosa. Campanhas de conscientização, por meio de eventos comunitários e materiais educativos, são fundamentais para engajar pais, educadores e demais cidadãos na valorização da ética e do

respeito mútuo. Além disso, oferecer suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, com recursos e orientações sobre práticas parentais saudáveis, contribui para um ambiente doméstico mais equilibrado e preventivo quanto à violência. Paralelamente, a implementação de programas de mediação de conflitos, com formação de mediadores e criação de espaços de escuta e diálogo, fortalece a cultura da paz e do entendimento mútuo, favorecendo relações mais justas e cooperativas no cotidiano social.

3.7 Programas de escolas cívico-militares

Os programas de escolas cívico-militares podem desempenhar um papel significativo na formação moral e ética dos jovens. Esses programas combinam elementos de educação tradicional com princípios militares, buscando promover disciplina rigorosa, respeito às regras e um forte senso de responsabilidade. É importante destacar que esses programas são opcionais e devem ser acessíveis para aqueles que se sentem confortáveis com a educação proposta.

Os programas cívico-militares enfatizam a importância da disciplina e a compreensão de regras e procedimentos. Kohan (2007) enfatiza que, essa abordagem pode ser eficaz na construção de um comportamento responsável e na redução de comportamentos disruptivos.

A diversidade de propostas educacionais deve caminhar lado a lado com o respeito aos direitos dos estudantes, assegurando que qualquer modelo adotado contribua efetivamente para o seu desenvolvimento integral. Ao mesmo tempo em que as escolas cívico-militares oferecem uma formação pautada em valores como responsabilidade, respeito e ética, é imprescindível que tais princípios sejam promovidos sem comprometer a liberdade de expressão, a criatividade e a autonomia dos alunos. O fortalecimento de práticas pedagógicas que equilibrem disciplina e acolhimento pode ampliar o engajamento dos jovens, favorecendo o senso de pertencimento e a convivência democrática. Assim, garantir a escuta ativa, o suporte emocional e o estímulo ao pensamento crítico torna-se indispensável para que essas instituições sejam, de fato, espaços formadores de cidadãos éticos, reflexivos e preparados para atuar de forma consciente na sociedade plural em que vivemos.

3.8 Programas de escolas com base religiosa

Programas de escolas com base religiosa podem ser uma proposta eficaz para fortalecer a construção moral, civil e ética desde a infância. Ao integrar princípios e valores religiosos no currículo escolar, esses programas oferecem uma abordagem estruturada para o

desenvolvimento moral dos alunos e podem contribuir para a redução da violência e da delinquência.

Os currículos de escolas com base religiosa frequentemente incorporam ensinamentos sobre princípios morais e éticos, como honestidade, compaixão, respeito e justiça. Esses valores são alinhados com os ensinamentos das tradições religiosas, proporcionando uma base sólida para a formação moral dos alunos.

Segundo Freire (1999), a educação moral deve incluir práticas que promovam a reflexão crítica sobre os valores e as normas sociais, permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda de suas responsabilidades e escolhas. A educação baseada em valores religiosos pode desempenhar um papel significativo na formação moral dos estudantes, desde que seja conduzida com respeito à diversidade e à liberdade de crença. Ao integrar práticas como rituais, celebrações e ações comunitárias, esse modelo educativo promove um ambiente de respeito mútuo, cooperação e responsabilidade.

A atuação de educadores e líderes religiosos como referências éticas contribui para que os alunos internalizem comportamentos positivos por meio do exemplo cotidiano. Além disso, o incentivo ao voluntariado e ao serviço comunitário reforça o compromisso com o bem-estar coletivo, fortalecendo o senso de pertencimento e solidariedade. É importante, contudo, que tais instituições garantam um espaço de acolhimento e diálogo, respeitando diferentes visões de mundo e assegurando que o suporte oferecido, inclusive no campo psicológico e espiritual, contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes em um ambiente seguro, ético e inclusivo.

Embora os programas de escolas com base religiosa possam oferecer uma abordagem eficaz para a construção moral e a redução da violência, é crucial garantir que esses programas respeitem a diversidade de crenças e valores dos estudantes e de suas famílias. De acordo com Foucault (1984), em um contexto democrático, é fundamental que as escolas ofereçam opções educacionais que atendam às necessidades e preferências individuais, permitindo que famílias e estudantes escolham a abordagem que melhor se alinha com seus valores pessoais e culturais.

Em nossa sociedade, já existem escolas que implementam programas baseados em valores religiosos, abrangendo diversas tradições. No entanto, essas instituições estão predominantemente na esfera privada e, mesmo oferecendo programas de bolsas, não conseguem atender a todas as famílias interessadas nesse modelo de educação. Como afirmam Bobbio (2000) e Freire (1999), a educação baseada em valores pode ter um impacto significativo na formação moral e cívica dos indivíduos. Entretanto, a oferta limitada dessas escolas privadas pode restringir o acesso a esse tipo de formação.

Sob uma perspectiva conservadora, considero essencial que o Estado reconheça e valorize a importância da educação baseada em princípios religiosos, como uma ferramenta eficaz para a formação moral e cívica das novas gerações. A criação de um programa de bolsas para escolas com base religiosa, voltado às famílias que assim desejarem, poderia ser um passo concreto para resgatar valores fundamentais muitas vezes negligenciados na educação contemporânea, como respeito, disciplina, responsabilidade e amor ao próximo. Em tempos de crescente relativismo moral e fragilidade de vínculos comunitários, permitir que mais estudantes tenham acesso a um modelo educacional que alia formação intelectual e princípios éticos sólidos é uma forma de preservar a coesão social e promover uma cidadania consciente e comprometida.

No entanto, é necessário reconhecer e respeitar os princípios democráticos que regem a educação pública em um país laico. Essa visão não deve impor uma única doutrina, mas sim ampliar as possibilidades de escolha, assegurando que cada família possa optar, de forma livre e informada, pela abordagem que mais se alinha aos seus valores e convicções. Assim, ao mesmo tempo em que fortalecemos a moral tradicional, também garantimos o direito à diversidade e evitamos que a liberdade religiosa se transforme em privilégio de poucos. O equilíbrio entre tradição e pluralidade é o caminho para uma sociedade verdadeiramente justa e coesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação moral desde a infância é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais ética, justa e menos violenta. Este trabalho teve como objetivo compreender como a educação e as instituições sociais podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento de valores morais, promovendo a cidadania e prevenindo comportamentos antissociais.

A partir da análise teórica de autores como Piaget, Vygotsky, Kohlberg, Erikson, Freire, Kant, entre outros, foi possível perceber que a moralidade não se forma de maneira isolada, mas sim por meio das interações sociais, das experiências culturais e do ambiente em que a criança está inserida. A família, a escola, a comunidade e demais instituições desempenham papéis centrais nesse processo, atuando como agentes modeladores do caráter e dos valores.

Durante o desenvolvimento do estudo, observou-se que o enfraquecimento dos valores morais nas gerações mais recentes pode estar relacionado à ausência de práticas educativas intencionais, à influência de mídias com conteúdo violento ou individualista e à fragilidade das relações interpessoais nas famílias e comunidades. Por isso, torna-se urgente resgatar estratégias que promovam o respeito mútuo, a empatia, a justiça e a responsabilidade social.

As propostas apresentadas, como programas de educação moral e cívica, ações comunitárias, escolas com base em valores religiosos (de forma opcional) e escolas cívico-militares (com acompanhamento pedagógico), visam oferecer caminhos viáveis para o fortalecimento da formação ética desde a infância. Contudo, qualquer proposta deve respeitar a diversidade, o pensamento crítico e os princípios democráticos.

Conclui-se que investir na educação moral não é apenas uma questão de melhorar o comportamento individual, mas também uma estratégia fundamental para garantir a coesão social, o combate à violência e o fortalecimento da convivência democrática. O desafio continua sendo o de unir esforços entre escola, família, comunidade e governo para formar indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de contribuir ativamente para uma sociedade mais humana e solidária.

REFERÊNCIAS

- BANDURA, A. **Teoria da Aprendizagem Social**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1977.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2000.
- BOWLBY, John. **Apego e Perda: Volume I**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal.pdf Acesso em: 20/04/2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ERIKSON, E. H. **Infância e Sociedade**. Tradução de Gildásio Amado. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.
- KOHAN, Walter Omar. **Infância, Educação e Filosofia: Diálogos com a Filosofia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- KOHLBERG, L. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Moral: A Filosofia do Desenvolvimento Moral**. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.
- PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação**. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- PIAGET, J. **O Juízo Moral na Criança**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro e Anna M. P. de Caixeiro. 3. ed. São Paulo: Summus, 1994.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SENNETT, Richard. **O Respeito**: Sobre a Dignidade Humana. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2000.